

## Parentesco<sup>1</sup> Bronisław Malinowski

Tradução de Adriana Queiroz Testa\*

### Deve o parentesco ser desumanizado por uma pseudo-álgebra?

Muita tinta já correu por conta do problema do sangue – “sangue” simbolizando, na maioria das línguas humanas, e não apenas nas europeias, os laços de parentesco, isto é, os laços derivados da procriação. O “sangue” quase perdeu sua cor para além de qualquer possibilidade de reconhecimento nesse processo. Mas o sangue se rebelará contra toda manipulação e fluirá do seu modo, mantendo sua própria cor. Por meio dessa metáfora florida, simplesmente quero dizer que a teorização amargamente controversa e extravagantemente conjectural que desenvolvemos em relação ao parentesco primitivo tem obscurecido completamente o assunto e quase cegado os observadores da vida primitiva. O professor Radcliffe-Brown está coberto de razão quando afirma que “teorias na forma de história conjectural, sejam elas ‘evolucionistas’ ou ‘difusionistas’ exercem uma influência perniciosa sobre o trabalho do etnólogo que faz campo”, e ele dá um exemplo muito significativo da incapacidade de enxergar os fatos que deriva disso (*Man*, 1929a N.º. 35).

Essas teorias conjecturais do parentesco têm inundado a literatura antropológica desde os tempos de Bachofen, Morgan e McLennan até a recente redescoberta do entusiasmo por estudos de parentesco, encabeçada por Rivers e sua escola, A. R. Radcliffe-Brown, o falecido A. Bernard Deacon, T. T. Barnard, a Sra. Hoernle, a Sra. B. Z. Seligman, sem mencionar a mim mesmo, ou a trindade californiana do parentesco: Kroeber, Lowie e Gifford – todos influenciados pelos trabalhos de Rivers. Com tudo isso, o problema se mantém enclausurado numa atmosfera esotérica. Um punhado de nós, os *enragés*, ou iniciados do parentesco, está preparado para patinar pelo tipo de álgebra ou geometria do parentesco que gradativamente se desenvolveu; memorizar longas listas de termos nativos, acompanhar diagramas e fórmulas complicados, suar frio sobre documentos secos, suportar longa argumentação dedutiva, assim como o empilhamento de hipóteses sobre mais hipóteses.

O antropólogo médio, porém, um tanto mistificado e talvez um pouco hostil, se mantém fora do círculo estreito de devotos. Ele tem dúvidas se o esforço necessário para dominar a álgebra bastarda do parentesco realmente vale a pena. Ele sente

<sup>1</sup> Tradução do artigo: MALINOWSKI, B. “Kinship”. In: GRABURN, N. (Ed.). *Readings in kinship and social structure*. New York: Harper & Row, 1971. p. 95-105. Originalmente publicado na revista *Man* 30:2 (1930), p. 19-29.

\* Doutora em Antropologia Social - USP

que, afinal de contas, o parentesco é matéria de carne e osso, o resultado de paixão sexual e afeição materna, da longa e íntima vida cotidiana e de uma batelada de interesses pessoais e íntimos. Será que tudo isso pode ser reduzido a fórmulas, símbolos ou até equações? Podemos perguntar se é razoável antecipar que:

um dia virá em que empregaremos símbolos no lugar das diferentes relações... e que grande parte da descrição dos sistemas sociais de tribos selvagens vai se assemelhar a trabalhos matemáticos, em que os resultados se expressam em símbolos, em alguns casos, até na forma de equações? (W. H. R. RIVERS, *Malanesian Society*, 1914b, Vol. 1, p. 10).

Seria muito pertinente perguntar se deveríamos realmente nos aproximar da vida familiar, dos afetos e cuidados tenros, ou então das forças obscuras e misteriosas que o psicanalista bane ao Inconsciente, mas que frequentemente escapam com violência dramática – se conseguiríamos nos aproximar mais disso, o verdadeiro cerne do parentesco, apenas pelo uso dessa pseudo-álgebra. Não há dúvida de que qualquer valor que tenham os diagramas e as equações deriva sempre do estudo sociológico e psicológico dos fatos íntimos do parentesco, nos quais essa álgebra deveria se pautar. O antropólogo médio ou observador de selvagens sente que falta uma abordagem mais pessoal do parentesco. Há um vasto abismo entre o tratamento pseudo-matemático dado pelo antropólogo erudito e os fatos reais da vida selvagem. Tampouco essa sensação se limita ao leigo. Confesso com franqueza que não há um relato sequer de parentesco em que não me sinta perplexo com essa matematização espuriosamente científica e bombástica dos fatos do parentesco e decepcionado com a ausência dos dados íntimos da vida familiar, descrições carnudas das atividades tribais e cerimoniais, enumerações completas das características econômicas e legais da família, parentelas e clãs, que por si tornam o parentesco real para o leitor.<sup>3</sup>

E quando, após todos os dilúvios de tinta sobre o parentesco, o antropólogo médio vê que uma autoridade como o professor Westermack afirma que a maior parte dos trabalhos sobre terminologia de parentesco “tem sido uma fonte de erro em vez de conhecimento”; e quando ele vê que A. R. Radcliffe-Brown, B. Malinowski e Brenda Z. Seligman não conseguem concordar sobre o que entendem por termos como parentesco, descendência, unilateral e bilateral; quando ele descobre que tão logo a Sra. Seligman recoloca o conceito fundamental das terminologias classificatórias ela é questionada em cartas enviadas a *Man*; então, ele realmente se sente justificado na sua desconfiança de todo esse aparato pseudo-matemático terrivelmente elaborado e justifica a desconsideração por todo o trabalho que deve ter sido gasto com isto.

Eu realmente acredito que parentesco é o tema mais difícil da antropologia

<sup>3</sup> Num livro sobre parentesco que estou preparando, pretendo sustentar essa acusação detalhadamente. Todos os nossos dados de parentesco são linguisticamente insuficientes e sociologicamente inadequados.

social; acredito que tenha sido abordado, fundamentalmente, de modo errado; e também acredito que atualmente chegamos a um impasse. Estou convencido, entretanto, que há uma saída para este impasse, e que alguns trabalhos recentes, principalmente aqueles de A. R. Radcliffe-Brown, Brenda Z. Seligman e da trindade californiana, têm colocado o problema no eixo certo. Isso foi feito através do completo reconhecimento da importância da família e pela aplicação do que atualmente costuma ser chamado de método funcional de antropologia – um método que consiste, sobretudo, na análise das instituições primitivas, como funcionam no presente, em vez da reconstrução de um passado hipotético.<sup>4</sup>

Todo esse trabalho recente deve nos conduzir à solução correta de muitos desses quebra-cabeças de maior ou menor superficialidade, assim como resolver os reais e profundos problemas do parentesco. Entretanto, o trabalho ainda está um tanto difuso e caótico e é necessária uma contribuição compreensiva que poderá organizar e sistematicamente integrar os resultados desse trabalho funcional, assim como corrigir alguns erros que prevalecem. No meu próximo livro sobre parentesco, estou buscando esse tratamento sistemático. Aqui, quero indicar, de modo preliminar, alguns dos resultados desse trabalho.

### **O problema funcional do parentesco**

Talvez seja desnecessário, dirigindo-me aos leitores de *Man*, insistir no ponto de que o parentesco encontra-se num impasse. Alguns artigos interessantes neste periódico, assim como no *Journal*, mostram o quão profundamente mesmo os poucos especialistas mais devotados e espiritualmente próximos discordam entre si. Como membro desse círculo interno, posso afirmar que, sempre que encontro a Sra. Seligman ou o Dr. Lowie ou discuto o tema com Radcliffe-Brown ou Kroeber, eu percebo imediatamente que meu interlocutor não entende nada do assunto e geralmente acabo com a impressão de que isso também se aplica a mim. Isso também se refere a tudo que escrevemos sobre parentesco e é completamente recíproco.

Na verdade, o impasse resulta da herança de falsos problemas da tradição antropológica. Ainda estamos emaranhados com a questão sobre se o parentesco era, na sua origem, coletivo ou individual, baseado na família ou no clã. Esse problema tem grande destaque nos escritos do falecido W. H. R. Rivers, de quem muitos de nós somos pupilos, diretamente em sala de aula, ou através da leitura de seus

<sup>4</sup> Gostaria de mencionar Edward Westermarck e Ernest Grosse como precursores desse movimento moderno nos estudos de parentesco. Talvez a primeira descrição monográfica da família, numa área em que sua mera existência tem sido questionada, é minha *Family among the Australian Aborigines* (1913). No mesmo ano, apareceu o excelente artigo "Family", escrito por E. N. Fallaize, em *Encyclopedia of Religion and Ethics*. Mais recentemente, Kroeber, em *Zuni Kin and Clan*, e Lowie, na sua pesquisa de campo com os índios Crow e no seu livro *Primitive Society*, têm enfatizado a perspectiva funcional do parentesco.

textos. Outro falso problema se refere às origens e significados dos sistemas classificatórios de nomenclatura. Este problema, ou qualquer problema que brote da natureza classificatória das terminologias de parentesco, é espúrio, simplesmente porque não existem e jamais existiram terminologias classificatórias.<sup>5</sup> Isso parece um paradoxo, mas é um mero truísmo que pretendo desenvolver posteriormente em outro artigo. Relacionada à obsessão classificatória, havia a fúria de explicar termos estranhos como se fossem casamentos anômalos, o que levou a uma ou duas meias-verdades, mas também resultou numa meia dúzia de erros capitais e equívocos. A concepção do direito materno e do direito paterno como fases sucessivas ou entidades autocontidas, recentemente tão bem e convincentemente estigmatizada por Radcliffe-Brown (*Man*, 1929a, 35), tem sido incorporada em mais um monumento de erro brilhantemente especulativo por Briffault em *The Mothers*.

O verdadeiro problema nisso tudo é que estamos caçando as origens do parentesco antes mesmo de entendermos bem a natureza do parentesco. Inquirimos se o direito materno precedia o direito paterno ou *vice versa*, sem permitir que os fatos nos convencessem, como deveriam, de que o direito materno e o direito paterno estão sempre indissolúvelmente amarrados. Porque desentendemos profundamente a natureza linguística dos termos de parentesco, somos capazes de cometer o erro monstruoso de tomá-los como “sobrevivências”, como os restos petrificados de um estado social anterior. É quase lúdrica a ingenuidade com que Morgan assume, ao longo dos seus escritos, que as terminologias de parentesco invariavelmente atrasam um “estágio de desenvolvimento” inteiro – nem mais nem menos – em relação ao status sociológico em que se encontram; e, no entanto, elas espelhariam perfeitamente o status sociológico anterior. A lógica circular dessa argumentação é em si estarrecedora. Mas pior ainda é a completa falta de entendimento quanto à natureza das terminologias de parentesco, que são, de fato, as expressões mais ativas e efetivas das relações humanas, expressões que começam cedo na infância, que acompanham as relações ao longo da vida, que permeiam todos os sentimentos mais pessoais, passionais e íntimos de um homem ou de uma mulher.

O antropólogo moderno ou funcional se propõe a entender o que o parentesco realmente significa para o nativo, ele quer apreender como as terminologias de parentesco são usadas e o que expressam, ele quer ver claramente as relações entre a família, o clã e a tribo. Mas, quanto mais ele estuda todos esses elementos do problema e suas inter-relações, mais claro se torna para ele que não estamos tratando de numerosas entidades isoladas, mas das partes de um todo organicamente conectado. Em primeiro lugar, a família e o clã, por exemplo, que até agora foram

<sup>5</sup> Para as mais recentes, breves, claras e equivocadas afirmações referentes à natureza das terminologias classificatórias, veja a carta do Sr. J. D. Unwin em *Man* (1929, N.º. 124).

consideradas instituições domésticas em vários estágios de desenvolvimento, aparecem invariavelmente juntas. Isto é, enquanto a família existe sozinha em muitas sociedades, o clã nunca a substitui, mas se acrescenta a ela. Embora muitas tribos usem termos de parentesco num sentido mais amplo, elas também usam no sentido mais estreito, denotando os membros reais da família. Novamente, não existe o direito materno ou o direito paterno puros, apenas uma ênfase legal maior sobre um dos lados do parentesco, frequentemente acompanhada por uma forte e, às vezes, até costumeira reação contra essa ênfase. E, em todas as comunidades, seja qual for o sistema legal, as duas linhas contam de fato e influenciam a vida legal, econômica, religiosa e emocional do indivíduo. É, portanto, absurdo realizar esse tipo ilegítimo de cirurgia preliminar, retalhar esses elementos que são organicamente integrados, e “explicá-los”, colocando os fragmentos num diagrama de desenvolvimento imaginário. O problema real é descobrir como eles se relacionam e como *funcionam*, isto é, que papel desempenham na sociedade, quais necessidades sociais eles atendem e que influência exercem.

Para ser claro, embora bruto, devo dizer que a família é sempre a instituição doméstica por excelência. Ela domina o começo da vida de um indivíduo; controla a cooperação doméstica; é o estágio dos primeiros cuidados e educação recebidos pelos pais. O clã, por outro lado, nunca é uma instituição doméstica. Os laços de clã se desenvolvem mais tarde na vida e, embora se desenvolvam a partir do parentesco primário da família, tal desenvolvimento se submete à distorção unilateral de uma ênfase legal matrilinear ou patrilinear, e funciona numa esfera completamente diferente de interesses: legais, econômicos e, sobretudo, cerimoniais. Uma vez feita a distinção funcional entre os dois modos de agrupamento, a família e o clã, a maioria dos problemas espúrios e explicações fictícias volta a dissolver no vapor especulativo do qual surgiu.

Devo, entretanto, qualificar e detalhar melhor essa contenda. Aqui apenas quero apontar que o parentesco apresenta algumas facetas correspondentes a várias fases ou estágios do seu desenvolvimento na história de vida de um indivíduo. Pois o parentesco é o fenômeno que começa mais cedo na vida e dura mais tempo, assim como *mãe* é frequentemente a primeira palavra formulada e a derradeira a ser dita. Parentesco, como aparece no horizonte social de um adulto da tribo, é o resultado de um longo processo de extensões e transformações. Inicia-se cedo na vida com os eventos fisiológicos da procriação; mas, mesmo estes são profundamente modificados na sociedade humana por influências culturais. Os laços originais do parentesco, que eu creio serem invariavelmente individuais, mais tarde se desenvolvem, se multiplicam e se tornam, em grande medida, comunais. De tal modo que,

no final, o indivíduo se torna centro de um sistema complexo de múltiplos laços; um membro de vários grupos: a família, sempre; o grupo residencial extenso, em muitas comunidades; o grupo local, quase invariavelmente; o clã, muito frequentemente; e a tribo, sem exceção. Estou convencido de que se o estudo dos laços de parentesco tivesse sido empreendido no campo junto com a história de vida do indivíduo, se terminologias, sistemas legais, arranjos tribais e residenciais tivessem sido estudados em processo de desenvolvimento e não apenas como produtos fixos – estaríamos completamente livres desse pesadelo de problemas espúrios e conjecturas fantásticas. É quase irônico na história da antropologia que os evolucionistas mais ardentes, assim como os profetas mais amargurados do método histórico, tenham completamente negligenciado o desenvolvimento e a história do parentesco no único caso em que esse desenvolvimento e essa história podem ser estudados empiricamente.<sup>6</sup>

### **A Situação Inicial de Parentesco**

Sempre que nos convencemos de que um fenômeno deve ser estudado no seu desenvolvimento, é natural que nossa atenção se volte para suas origens, e lembremos que tratamos aqui não de uma evolução fantasiosa e reconstruída, mas do desenvolvimento observável do parentesco na vida humana e, neste caso, *origens* se referem simplesmente ao conjunto todo de condições iniciais que determina as atitudes dos atores no drama do parentesco.

Estes atores são, obviamente, três no início – pai, mãe e filho. E, à primeira vista, pode parecer que o drama em si não guarda interesse algum; pois, não é apenas o processo fisiológico de concepção, gestação e nascimento? Mas, na realidade, o processo nunca é meramente fisiológico nas sociedades humanas. Por mais primitiva que seja a comunidade, os fatos de concepção, gestação e nascimento não se relegam apenas à Natureza, mas são reinterpretados pela tradição cultural: em toda comunidade, temos uma teoria da natureza e causas da concepção, temos um sistema de observâncias costumeiras, religiosas, mágicas ou legais, que define o comportamento da mãe, e, às vezes, do pai também; temos, especificamente, um número de tabus mantidos por ambos os pais durante a gestação.

Portanto, mesmo o fundamento biológico do parentesco se torna invariavelmente cultural e não apenas um fato natural. Este princípio, inquestionavelmente correto, tem se tornado, nas mãos de alguns antropólogos modernos, o ponto de partida para uma nova reinterpretação da hipótese de Morgan sobre o casamento comunal primitivo. Rivers, o defensor moderno mais conspícuo das teorias de Morgan, está plenamente ciente de que casamento grupal implica paternidade ou mater

<sup>6</sup> Meu amigo, o Sr. T. J. A. Yates, sugere o adjetivo “biográfico” como a descrição mais simples desse método de abordagem do parentesco através do estudo da história de vida do indivíduo.

nidade grupal<sup>7</sup>. Mas isto, sobretudo, a maternidade grupal, parece uma hipótese quase impensável. De fato, ela tem sido ridicularizada por Andrew Lang, E. Westermarck e N. W. Thomas. Rivers, no entanto, seguindo as sugestões brilhantes de Durkheim, Dargun e Kohler, argui que, já que as influências culturais podem modificar a maternidade em todos os outros aspectos, podem também transformá-la de uma maternidade individual numa espécie de maternidade grupal sociológica. Esse escritor e um conjunto de seus seguidores, notavelmente o senhor Briffault, nos levariam a acreditar que aquilo que eu gosto de chamar *a situação inicial* de parentesco não é individual, mas comunal.

Menciono essas hipóteses recentes sobre a situação inicial de parentesco para mostrar que seu estudo, longe de ser uma afirmação óbvia e supérflua de um fato fisiológico, levanta uma série de questões sociológicas, mesmo de pontos controversos. Contudo, o estudo de fatos empíricos reais parece demonstrar que a interpretação comunal da situação inicial é definitivamente errônea. Por ora, posso apenas antecipar a apresentação completa do meu argumento e dizer que, embora reconheça que o parentesco, mesmo nas suas origens, é um fato cultural em vez de biológico, esse parentesco culturalmente definido é invariavelmente individual. Todas as teorias primitivas de procriação, embora sejam uma mistura de crenças animistas e observações empíricas cruas, invariavelmente definem a paternidade ou a maternidade<sup>8</sup>. como um laço individual. Os tabus da gestação, os ritos observados em determinadas fases da gestação, costumes de couvade, a reclusão cerimonial da mãe e da criança, tudo isso individualiza a relação entre os pais verdadeiros e seu filho.

Enquanto grande parte desses fatos se refere ao laço individual entre mãe e filho, um conjunto deles, tal como a couvade, os tabus mantidos pelo marido da mãe, suas contribuições econômicas para as cerimônias de gestação, culturalmente define a paternidade e, ao mesmo tempo, individualiza essa relação. Há um fato, entretanto, de suma importância no que se refere à paternidade, uma generalização tão irrefutável e universalmente válida que, a meu saber, tem sido quase completamente ignorada, como frequentemente ocorre com o “óbvio”. Descrevi esta generalização, em escritos anteriores, como o Princípio da Legitimidade.<sup>9</sup> Este princípio afirma que em todas as sociedades humanas um pai é considerado por lei, costume e moral, como um elemento indispensável do grupo de procriação. A mulher tem que estar casada antes que seja legitimamente permitida conceber, ou, um casamento subsequente ou

<sup>7</sup> [Nota da Tradutora: *Parenthood*, no original, referindo-se à condição de ambos, mãe e pai.]

<sup>8</sup> [Nota da Tradutora: *Parenthood*, no original.]

<sup>9</sup> Ver o artigo: “Psychology of Sex in Primitive Societies”, *Psyche*, Oct. 1923.

um ato de adoção atribuirá à criança pleno status tribal ou civil. Caso contrário, o filho de uma mulher solteira é definitivamente estigmatizado por uma posição inferior e anômala na sociedade. Isto é verdadeiro para os Todas poliândricos (onde a criança precisa, de fato, ser designada sociologicamente a um pai, entre vários maridos), para os melanésios matrilineares, para os povos primitivos na Austrália, na América do Norte e na África, assim como para a Europa monogâmica e cristã. O princípio da legitimidade funciona, às vezes, por meios indiretos, mas, de modo geral, a lei que exige o casamento como um preliminar à família parece universal.

Acredito que um correto estudo indutivo de toda a evidência da qual dispomos nos levaria à resposta de que a situação inicial de parentesco é um composto de elementos biológicos e culturais, ou melhor, que consiste dos fatos da procriação individual, culturalmente reinterpretados; que todo ser humano começa sua carreira sociológica dentro do pequeno grupo familiar e que, independente do que o parentesco possa se tornar mais tarde na vida, sempre começa pelo parentesco individual. Ao mesmo tempo, essa afirmação geral nos dá apenas os contornos gerais da situação inicial; esta se torna, desde o princípio, profundamente modificada por elementos, tais como a consideração pelo lado materno ou paterno do parentesco, residência matrilocal ou patrilocal, a posição relativa de marido e mulher na comunidade, a duração da lactação, tipos de reclusão e tabus. O estudo da situação inicial, longe de ser trivial e insignificante, é um campo rico de investigação sociológica e uma área em que o antropólogo e o psicólogo moderno se encontram com interesse comum.

### **O Processo de Extensão no Parentesco:**

Com a conclusão de que a paternidade ou a maternidade individual, definida por forças culturais e biológicas, constitui, invariavelmente, a situação inicial de parentesco, os fundamentos de uma teoria correta estão postos. Mas, a tarefa ainda não está completa. O que chamo de situação inicial é importante por sua influência na vida posterior. A maternidade ou a paternidade interessa aos sociólogos não apenas por si, seja como uma exibição de carinho humano ou como exemplo da transformação cultural de um instinto, mas antes como um ponto de partida para a maior parte das outras relações sociológicas e como protótipo das atitudes sociais características de uma comunidade. É, portanto, o processo de extensão do parentesco, das suas origens extremamente simples na maternidade ou paternidade para suas múltiplas ramificações e complexidades no pertencimento maduro à tribo, ao clã e ao grupo local que, na minha opinião, forma a verdadeira matéria dos estudos de parentesco. É no estudo destes processos que podemos descobrir a verdadeira relação entre clã

e família, entre sistemas classificatórios e atitudes individuais, entre os elementos biológicos e sociológicos do parentesco.

Grande parte dos erros resulta do falso argumento que segue: todo parentesco é biológico; a coesão de um clã se baseia no parentesco; portanto, o clã tem uma base biológica direta. Esta conclusão levou a disparates capitais como: “o clã casa com o clã e gera o clã”, “o clã, como a família, é um grupo reprodutivo” e “um grupo doméstico, que não a família” é o ambiente da infância primitiva. Os perpetradores destas e outras são ninguém menos que antropólogos como Fison, Spencer e Gillen, Briffault e Rivers.

Toda essa asneira jamais teria obcecado algumas das mentes mais esclarecidas da antropologia se o estudo da situação inicial tivesse sido seu ponto de partida e o estudo dos processos subsequentes de extensão sido o tema principal da antropologia social. Pois, “as origens do sistema de clãs” não serão encontradas em algum passado nebuloso através de especulações imaginárias. Elas estão acontecendo hoje, de baixo dos nossos narizes. Qualquer antropólogo inteligente e sem preconceito que trabalha numa tribo organizada em clãs pode vê-las em desenvolvimento.

Eu mesmo testemunhei “as origens do clã” na Melanésia, e acredito que desta experiência posso elaborar uma conclusão universalmente válida, ou pelo menos uma generalização que deve ser universalmente testada. Principalmente, porque toda a evidência fragmentada de outras áreas se encaixa perfeitamente no esquema baseado em fatos melanésios.

O processo pelo qual o clã e outras formas de parentesco comunal se desenvolvem a partir da situação inicial não é fácil de apreender ou definir. A maior dificuldade consiste no fato de que é um processo longo e interrupto; que seus fios são múltiplos e que o padrão só pode ser descoberto após a integração de observações detalhadas e íntimas ao longo do tempo. Até então, tem sido costume de sociólogos competentes fazerem apenas visitas rápidas a tribos selvagens, prática para a qual foi forjado o eufemismo “levantamento preliminar”<sup>10</sup>. Enquanto isso, o amador com longa permanência era capaz de enxergar as árvores, mas não a floresta.

Mas há uma fonte certa de dificuldade. Esta é o fato de que no desenvolvimento biográfico do parentesco temos uma extensão dupla dos laços familiares, o outro, um processo em que a família é suprimida, no qual o parentesco é submetido a um processo unilateral de distorção e em que o caráter coletivo ou comunal das relações humanas é certamente enfatizado às custas do caráter individual.

Pretendo ampliar este argumento, mas quero mencionar desde já que essa dualidade do desenvolvimento do parentesco tem suscitado a maior parte dos equív-

---

10 [Nota da Tradutora: *Survey work*, no original.]

vocos, sobretudo, a querela sobre se o parentesco primitivo é comunal ou individual, se é essencialmente bilateral ou unilateral.

O parentesco em comunidades primitivas tem, invariavelmente, o aspecto individual e, na maioria dos casos, tem também um aspecto comunal. Cada aspecto resulta de um processo diferente, é formado por diferentes mecanismos educativos e tem sua própria função a cumprir. A verdadeira atitude científica não é disputar qual das duas fases de parentesco tem um direito moral ou justificativa lógica para sua existência, mas estudar a relação entre ambas.

### **A consolidação e a distorção unilateral do parentesco**

Primeiramente, quero sublinhar brevemente o processo de consolidação da família. Pois, deve ser lembrado que, com ou sem clã, a própria família do indivíduo se mantém uma unidade estável ao longo da sua vida. Os pais, na maioria das sociedades, não apenas educam e sustentam materialmente a criança, mas também cuidam da sua adolescência, controlam seu casamento, se tornam avós solícitos e carinhosos e, quando se tornam idosos, dependem da sua ajuda. Portanto, os primeiros laços de parentesco, presentes no começo da situação inicial, persistem ao longo da vida. Mas passam por um longo processo que, por um lado, como já dissemos, é de consolidação e, por outro lado, de supressão parcial e dissolução.

A consolidação, nas suas fases iniciais, começa com a dependência fisiológica da criança em relação aos pais, que se estende para o treino inicial dos impulsos e atravessa a educação. Com a educação já estão associadas certas implicações sociológicas mais amplas da maternidade e da paternidade. À criança precisam ser ensinadas certas artes e ofícios, e isso implica que ela herde as ocupações, as ferramentas, as terras ou áreas de caça do seu pai ou do irmão da mãe. A educação, mais uma vez, engloba o ensino das tradições tribais, mas essas tradições se referem à organização social e ao papel da criança na sociedade, e este papel a criança geralmente assume do pai ou do irmão da mãe.

Assim, já na fase da educação, o parentesco pode simples e diretamente confirmar o papel do pai na família ou, em sociedades matrilineares, pode parcialmente (inter)romper essa família, introduzindo um membro de fora como o homem no poder.

Ao mesmo tempo, a dependência da criança sobre o grupo residencial varia consideravelmente em diferentes sociedades. Ela pode permanecer íntima à casa dos pais, comendo, dormindo e passando a maior parte do tempo lá, ou então, a criança se muda para outro lugar, é influenciada por outras pessoas e forma novos laços. Nas comunidades em que há cerimônias de iniciação, a função sociológica de tais costumes frequentemente consiste em divorciar a criança da família, sobretudo,

das influências maternas, e torná-la ciente dos seus laços unilaterais de clã, especialmente, com os homens do seu clã. Esta é, obviamente, uma influência de ruptura e não de consolidação, no que se refere à família.

Quando chega a adolescência e a vida sexual, há uma variedade enorme de configurações, mas geralmente a sexualidade retira o menino ou a menina da família e, através das regras da exogamia, torna o/a jovem<sup>11</sup> ciente da sua participação no clã. No casamento, por outro lado, o próprio pai ou a mãe, às vezes outro parente próximo, mas sempre um indivíduo, se torna proeminente. A fundação de uma nova família significa, em grande medida, um descolamento final em relação à família dos pais. Mas os pais, seja do marido ou da mulher, reafirmam a relação através do fato já mencionado de se tornarem avós. Finalmente, na idade avançada, novos deveres redefinem a relação entre um homem adulto e seu pai e mãe decrépitos. Portanto, através de todas as variedades que encontramos espalhadas pelo mundo, de modo geral, observamos que a relação individual dos filhos em relação aos pais se desenvolve, recebe vários abalos e diminuições, é reafirmada novamente, mas sempre permanece um dos sentimentos dominantes na vida humana, se manifestando nas regras morais, nas obrigações legais, em rituais religiosos. Pois, finalmente, na morte, os pais e seus filhos precisam cumprir algumas das principais obrigações mortuárias e, nos cultos aos ancestrais – que de modo mais ou menos pronunciado se encontram em todos os lugares – os espíritos daqueles que partiram sempre dependem dos seus descendentes lineares. A consolidação dos laços da família, e do conceito de família e casa, se manifesta nas extensões das primeiras atitudes de parentesco em relação a membros de outras famílias ou casas. Portanto, na maioria das comunidades primitivas, seja qual for sua maneira de contar a descendência, as casas da irmã da mãe e do irmão do pai têm um papel considerável e, em muitos casos, se tornam casas substitutas para as crianças.

Até aqui enfatizei os elementos da consolidação, agora quero abordar os elementos da disrupção<sup>12</sup>. A remoção da família, especialmente do controle materno, influências externas, tais como o irmão da mãe e, por vezes, a irmã ou o irmão do pai, iniciação e a formação de uma nova família – todas essas influências correm na contramão dos laços originais e militam contra a persistência dos laços e influência dos pais. Ao mesmo tempo, a maioria dessas influências disruptivas não é, em realidade, uma negação do parentesco. São, na realidade, distorções unilaterais da relação original com os pais. Portanto, o irmão da mãe, numa sociedade matrilinear, se torna o núcleo do clã matrilinear. O treino na lei tribal, realizado de forma especial e dramá-

<sup>11</sup> [Nota da Tradutora: Sempre que o autor faz referência a pessoas de ambos os sexos, isso foi mantido na tradução.]

<sup>12</sup> [Nota da Tradutora: *Disruption*, no original.]

tica na iniciação, enquanto retira o menino da tutela exclusiva da família, incute nele ideias de identidade e solidariedade do clã.

A identidade do clã se torna especialmente proeminente em certas fases da vida tribal. Durante grandes encontros tribais, sejam para práticas econômicas ou de guerra, ou para a festividade, os laços do clã se tornam proeminentes e a família quase desaparece. É o caso especialmente em grandes cerimônias religiosas ou mágicas, tais como aquelas relatadas na Austrália Central, Papua, Melanésia e os vários distritos da América do Norte. Em tais ocasiões, há uma recristalização da estrutura sociológica dentro da comunidade, que traz vividamente para as mentes dos jovens e velhos a realidade do sistema de clãs.

### **O Clã e a Família**

Podemos observar, portanto, que o clã se desenvolve como uma forma sociológica derivada de agrupamento por processos empíricos que podem ser seguidos ao longo da história de vida do indivíduo, que sempre ocorrem mais tarde na vida – sendo que o pertencimento pleno ao clã só toma o indivíduo na maturidade – e que englobam um tipo de interesses muito diferente do que aqueles obtidos na família.

Como procurei mostrar alhures, há algo quase absurdo na tendência dos antropólogos de tratarem a família e o clã como unidades equivalentes, que podem se substituir na evolução da humanidade<sup>13</sup>. A relação entre pais e filho – isto é, as relações familiares – são baseadas na procriação, nos primeiros cuidados fisiológicos dispensados à criança pelos pais, e nas atitudes emocionais inatas que unem pais e filhos. Estes elementos nunca são encontrados nos clãs. Esta instituição, por sua vez, é baseada em fatores bastante alienígenas à família: na identidade de natureza totêmica; nas ficções mitológicas de uma descendência unilateral comum de um ou uma ancestral; e num conjunto de obrigações e observâncias religiosas ou mágicas. Pode ser afirmado com segurança que a família, baseada no casamento, é a única instituição doméstica da humanidade, isto é, a única instituição cujas funções são a procriação, os primeiros cuidados e o treinamento elementar dos filhos. O parentesco, portanto, sempre repousa sobre a família e começa na família. O clã é essencialmente um grupo não reprodutivo, não sexual, não parental e nunca é a fonte primária e base do parentesco. Mas o clã sempre se desenvolve a partir da família, formando-se em torno do pai ou da mãe, através da ênfase legal exclusiva sobre um dos lados do parentesco, às vezes, pautada numa teoria de reprodução unilateral. As funções do clã são geralmente legais, cerimoniais e, às vezes, mágicas e econômicas.

A família e o clã diferem profundamente nas suas origens, nas funções que

<sup>13</sup> Veja o artigo de Malinowski, "Kinship", publicado na *Ency. Brit.*, edição 14, 1929b, esp. xxii.

cumprem e na natureza dos laços que unem seus membros. Também diferem em estrutura. A família sempre engloba os dois princípios essenciais à procriação – a maternidade e a paternidade. O clã é baseado na negação parcial de um desses princípios. Mas a diferença vai além. A família é autocontida no que se refere às suas funções. O clã, por conta da própria natureza da sua formação, é uma unidade dependente e correlacionada. O conjunto de parentes realmente reconhecidos no sentido mais amplo, isto é, no sentido classificatório, nunca consiste apenas dos membros do clã. Engloba os membros do próprio clã – isto é, os parentes do lado relevante – os membros de clã daquele parente irrelevante, os membros de clã do consorte e os membros de outros clãs que participam do jogo comunal de trocas de serviços, tão característico de tribos organizadas em clãs. É a tribo, como conjunto de clãs mutuamente relacionados, que no nível classificatório corresponde à família. A equivalência sociológica da família e do clã, que tanto devastou a antropologia social, é um mal-entendido causado pela omissão de uma análise funcional e de um método biográfico no estudo dos problemas do parentesco.

### **Conclusões e Antecipações**

Iniciei com um protesto contra a subordinação do lado “carne e osso” do parentesco ao tratamento formal e pseudo-matemático ao qual ele tem sido tão frequentemente submetido. Justifiquei minha crítica de forma positiva, mostrando que há problemas fundamentais do parentesco que demandam uma grande quantidade de observação sociológica de primeira mão e análise teórica: problemas que precisam ser resolvidos antes mesmo de começarmos a álgebra do parentesco. *A situação inicial, o princípio da legitimidade, os dois processos correlacionados de extensão, a multiplicidade de agrupamentos de parentesco* – este é um extenso campo para pesquisa sociológica vigorosa no campo e no gabinete. Através da abordagem biográfica e da análise funcional que eu defendo, grande parte desses problemas se transfere do universo da reconstrução hipotética para a pesquisa empírica.

No entanto, ainda persistem questões que mal pude abordar, sobretudo, o quebra-cabeça notório das terminologias classificatórias. Deixei esta última questão de propósito: as palavras brotam da vida, e as palavras de parentesco nada mais são do que registros ou rótulos de relações sociais. Assim como, sociologicamente, o parentesco é uma rede composta e complexa de laços, toda nomenclatura nativa consiste em várias camadas ou sistemas de designação de parentesco. Um sistema é usado apenas para os pais e membros da família. Outro estrato de nomes de parentesco se estende ao círculo mais próximo de parentes, o irmão e a irmã da mãe, o irmão e a irmã do pai, os filhos destes e os avós. E ainda, outro tipo de termos de pa-

parentesco se aplica aos parentes mais extensos da vizinhança imediata. Finalmente, há termos de parentesco usados num sentido verdadeiramente classificatório, baseados parcial, mas nunca inteiramente, nas distinções de clã. Os sons usados nesses diferentes sentidos são iguais, mas os usos, isto é, seus significados, são distintos. Cada uso, o individual, o estendido, o local e o classificatório, é diferenciado por distinções fonéticas, por mais sutis que sejam, por circunlocações fixas e por índices contextuais. É apenas por conta da extraordinária incompetência no tratamento linguístico das terminologias de parentesco que o caráter composto das terminologias primitivas tem sido, até agora, completamente ignorado. “Terminologias classificatórias” de fato não existem, como já disse. Mas precisarei retornar a este ponto mais uma vez.

Depois disso, será possível criticar diretamente o jogo lógico da álgebra do parentesco, desde Morgan e Kohler até Rivers e Sra. B. Z. Seligman; e mostrar dentro de quais limites este jogo é legítimo e onde ele se torna espúrio. Uma ou duas questões permanecem: a definição de parentesco e descendência, pela qual tenho sido criticado recentemente por A. R. Radcliffe-Brown no presente periódico; a natureza das extensões de parentesco, em que terei de lidar com as críticas<sup>14</sup> do meu amigo E. E. Evans-Pritchard (também em *Man*); a natureza do tratamento funcional do parentesco, pela qual recebi críticas gentis, porém, a meu ver, irrelevantes, por parte de Lord Raglan, no último número de *Man*.

### Referências Bibliográficas

BRIFFAULT, R. (1927). *The mothers*. New York, Macmillan.

EVANS-PRITCHARD, E. E. (1929). *The study of kinship in primitive societies*. *Man*, 29, p. 190-195.

FALLAIZE, E. N. (1913). *Family*. In. HASTINGS, J. (Ed.). *Encyclopedia of religion and ethics*. New York, Scribner's.

KROEBER, A. L. (1917). *Zuni kin and clan*. *American Museum of Natural History Anthropological Papers*, 19, p. 39-204.

LOWIE, R. H. (1920). *Primitive society*. New York, Liveright.

MALINOWSKI, B. (1913). *The family among the Australian aborigines*. London, University of London Press.

\_\_\_\_\_. (1923). *The psychology of sex and the foundations of kinship in primitive societies*. *Psyche*, 4 (October), p. 98-128.

<sup>14</sup> [Nota da Tradutora: *Strictures*, no original.]

\_\_\_\_\_. (1929a). *The sexual life of savages in North-Western Melanesia*. London, Routledge & Kegan Paul.

\_\_\_\_\_. (1929b). *Kinship*. Encyclopedia Britannica. 14th Edition.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. (1929A). *A Further note on Ambryn*. *Man*, 29:35.

\_\_\_\_\_. (1929b). *Bilateral descent*. *Man*, 29, note 157.

RIVERS, W. H. R. (1914b). *The history of Melanesian society. Vol. 1*. Cambridge, Cambridge University Press.

UNWIN, J. D. (1929). *The classification system of relationship (letter)*. *Man*, 29:124, p. 164.

WESTERMARK, E. (1921). *Marriage*. New York, Jonathon Cape & Harrison Smith.

*Recebido em outubro/2013*

*Aprovado em março/2015*